Cultura Negra e Negritude no Ceará

Pedro Alberto de Oliveira Silva[1]

Alguns intelectuais têm escrito sobre Cultura Negra e "Negritude" no Ceará, mais por modismo imitativo ou em defesa de pontos de vista ideológicos, do que em prol da verdade histórico-cultural de nossa terra.

O universo conceitual do termo Cultura é muitas vezes mal empregado. Sua amplitude é tão vasta que geralmente torna-se necessário enquadrá-lo dentro dos objetivos em que vamos usá-lo.

Assim o fez Nelson Werneck Sodré quando ao iniciar seu livro "Síntese de História da Cultura Brasileira" afirmou categoricamente, logo na sua introdução, assim: "Para o fim a que se destina este trabalho, aceita-se como definição de cultura aquela constante do Dicionário Filosófico Abreviado de M. Rosental e P. Iundin, Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo, 1950".(1)

O conceito é longo e explicativo. Transcrevemos apenas os elementos mais destacados: "Cultura. Conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história... Assim entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc, e as instituições correspondentes..." Acrescentamos, especificamente, no presente caso, "crenças religiosas" e "folclore", como destaque.

No Brasil, a estrutura de sua população deveu-se ao inter-relacionamento entre as três etnias: branca (portuguesa), indígena e negra, no período colonial. No final do século XVIII já possuíamos identidade histórica definida, com predominância de traços e complexos culturais de origem portuguesa. Dos lusitanos herdamos o idioma, a religião, a literatura, o direito, o sistema de educação, a maioria dos usos e costumes. Somente no século passado imigrantes europeus aqui chegaram, contribuindo para uma maior heterogenização racial. Assim mesmo circunscrita ao Sul, pois no Norte e Nordeste aquela participação foi muito pequena.

---

(1) Professor Titular, com pós-graduação em História, lecionando também no curso de Biblioteconomia da UFC, com várias obras publicadas. Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

O elemento negro fez-se presente em todas as regiões geográficas do Brasil. Entretanto a participação do africano na formação do povo brasileiro não foi uniforme. Em alguns locais foi mais intensa e direta, ou mais importante, do que em outros.

Em termos culturais a etnia negra foi mais destacada do que mesmo a indígena. Essa participação se deveu ao africano e seus descendentes terem atuado mais diretamente e intensamente na formação da cultura brasileira. É lógico que o colonizador português foi mais destacado e importante nesse fenômeno sócio-cultural, como já afirmamos.

As características desse processo necessariamente devem ser balizadas em parâmetros históricos.

O escravo negro foi introduzido especificamente como mão-de-obra, durante os ciclos econômicos da cana-de-açúcar, da mineração e do café. Fato histórico que durou mais de três séculos. A quantidade deles não é determinada com precisão. Os historiadores que se dedicaram a esse fato não chegaram a um consenso; calculam de três a dezoito milhões.(2) Como vemos é um dado que não oferece um grau desejável de credibilidade histórica. Qualquer conclusão sobre esse fato fica no campo das probabilidades. De uma maneira geral aceita-se em torno de cinco milhões o número de escravos africanos que vieram para o Brasil.

Como sabemos, o ciclo do açúcar desenvolveu-se na região Nordeste, com maior concentração nas capitanias de Pernambuco e Bahia. A intensidade da atividade açucareira foi declinando a partir dos meados do século XVII. As causas desse fato não se prendem aos objetivos deste trabalho. Evidente é que não fosse o surgimento da exploração do ouro nas Minas Gerais o curso da história brasileira teria tomado outro rumo.

A escravaria então ociosa, existente no Nordeste, demandou para as Minas. Outras levas de escravos africanos foram importadas para aquela região. O Rio de Janeiro passou a ser o polo concentrador do mercado de escravos para as Gerais.

Decorria o século XVIII. Nas regiões onde ocorreu a concentração de escravos negros o cativo indígena praticamente inexistia. O negro era mais qualificado para o trabalho agrícola e de mineração. A miscigenação com o indígena e seus descendentes era mais intensa nessa época. Não se pode falar de áreas culturais definidas nessa fase de nossa história; as regiões Sul, Oeste e a Amazônia ainda não estavam integradas à nação brasileira. Foi exatamente o ciclo da

mineração, com suas conseqüências, que veio agilizar essa realidade histórica. Também, nos locais onde se desenvolveu esse ciclo a miscigenação com o negro foi mais facilitada, principalmente no seu período de decadência.

A integração do indígena pelo colonizador português foi menos penosa do que a do negro. O índio foi o coparticipante da conquista territorial, tanto do interior como do litoral. Teve ele sempre como defensor contra sua escravização o jesuíta catequizador e outras ordens religiosas. A mulher indígena foi a mãe compulsória de milhões de mamelucos que se integraram mais rapidamente com seus progenitores portugueses. A herança genética do silvícola era mais facilmente diluída na sociedade branca, socialmente dominadora naquela época. Esse ranço social ainda hoje é sentido entre os brasileiros. Do mesmo jeito que o mestiço mameluco só queria se aparentar com o pai branco, hoje o mestiço pardo não considera desdouro ser descendente de índio, não acontecendo o mesmo ao negro. Está mudando um pouco, mas negar essa realidade é ser hipócrita.

O indígena esteve sempre presente durante a colonização. Nas capitanias que ficaram à margem dos principais ciclos econômicos, principalmente, o silvícola e descendentes próximos, foi o principal companheiro do colonizador português. Em algumas situações foi seu escravo, porém, muito mais, foi aliado na penetração e conquista do interior, parceiro nas lutas contra as tribos rebeldes e como agregado nas fainas do campo.

A população negra, naquela época, era bem mais numerosa, nas capitanias citadas, do que a branca. A diversidade cultural que caracterizava o elemento africano era a principal razão de submissão. Dentre outros "elementos culturais" que configuravam aquele fato, destacamos: a condição do africano ser escravo; variedade de línguas entre eles; diversidade de valores religiosos e rivalidades grupais, etc.

O preconceito racial contra o negro tem mais causas históricas do que culturais. Não surgiu porque o africano fosse feio ou atrasado culturalmente. Existiram tipos indígenas feios assim como houve tipos negróides.

A citada condição de ser escravo ao longo de três séculos, vivida pela maioria negra, e o caráter preconceituoso da sociedade de origem portuguesa, criaram graves estigmas sociais sobre o escravo africano e seus descendentes. Entretanto, isso foi um ato de autodefesa do colonizador branco. Sem a estratificação social então domi-

nante, perderia ele a hegemonia sócio-cultural que desfrutava. Não é uma justificativa, mas uma explicação.

A título de esclarecimento, lembramos que o português de nascimento tentava discriminar o filho de português nascido no Brasil, chamando-o de "mazombo". Não era um diferenciamento ostensivo generalizado. Para os pobres, talvez sim, tanto que o termo veio a ser considerado pejorativo. Certos cargos da administração colonial eram exercidos somente por "reinóis". Uma das causas dos movimentos nativistas acontecidos no século XVIII, estava ligada a essa discriminação.

O negro tinha, também, suas denominações peculiares. "Negro boçal", o escravo recém chegado da África e ainda desconhecendo a língua do país. O termo se contrapunha a "escravo ladino", o cativo que já falava a língua da terra; era catequizado e sabia fazer os serviços domésticos ou do campo. O "escravo de ofício" já era uma categoria superior.

As condições de sobrevivência em um território imenso e rude definiram a maneira de coexistência entre as três etnias formadoras da nação brasileira. O imigrante europeu, vindo posteriormente, encontrou a terra pacificada para nela se fixar e fruí-la.

O português foi verdadeiramente o pai da pátria. Primeiramente miscigenou-se e povoou o território, como também definiu as fronteiras nacionais. Culturalmente legou a língua pátria, a religião cristã, a estrutura jurídica e administrativa, a literatura, o ensino , divulgou as artes e ciências. Além disso, transmitiu, preponderantemente, a moral, os usos e costumes de que era possuidor.

No inter-relacionamento de culturas diferentes (aculturação) preponderam no resultado final os elementos culturais da mais desenvolvida. A qualidade desse produto é que pode ser questionado; e muitas são as interpretações e explicações individuais.

Como dizia Antonil, no século XVIII, "os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho, porque sem eles no Brasil não é possível fazer, conservar e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente". (3) Inegavelmente a participação do escravo foi imprescindível na sobrevivência dos colonos portugueses durante o período colonial.

O escravo negro era um bem econômico e foi introduzido aqui como instrumento de trabalho. Esse fato levou o português a considerar a atividade braçal como inferiorizante. Alguns historiadores interpretam esse preconceito como preguiça. Parece-nos que havia

era uma prevenção contra aquele que executava "trabalhos mecânicos". Obviamente isso não era uma generalidade, e foi mais notado no Brasil. Em Portugal os "ofícios mecânicos" eram organizados em corporações; instituições que existiram na Metrópole desde o século XV e subsistiram até a terceira década do século XIX.

Os "mestres de ofício" quando chegaram ao Brasil eram bem recebidos e até certa época gozavam de relativo prestígio. A proporção que os ofícios mecânicos foram atribuídos aos escravos aquela *status* mudou. Vulgarizou-se e perdeu o prestígio. Ficou uma atividade própria de pessoas consideradas inferiores socialmente. No decorrer dos tempos esses indivíduos ficaram marginalizados ao acesso à educação e outras necessidades. Esse fato tornou-se uma herança da escravidão nos dias atuais.

A presença do Ceará na colonização foi um caso especial. A capitania não conheceu nenhum dos principais ciclos econômicos. Participou do sub-ciclo da pecuária (ou do gado). Não tinha condições naturais para explorar as atividades açucareiras e mineratórias. Foi subordinado administrativamente a Pernambuco até o final do século XVIII, quando já havia findado o ciclo da mineração.

A ocupação definitiva só começou efetivamente no começo do século XVIII, e de forma bem dolorosa: dizimando-se e escravizando-se o indígena, heroicamente obstinado defendendo sua liberdade. Foi a histórica "guerra dos bárbaros". Os silvícolas submeteram-se pela força e pela catequese.

O escravo negro era numericamente muito reduzido. Os primeiros, acompanhavam os colonizadores provindos de outras capitanias e representavam mais um valor pecuniário do que uma necessidade e valiam muitas vezes mais o preço de um escravo índio.

O criatório e a lavoura de subsistência foram as atividades econômicas principais, e não exigiam mão-de-obra numerosa. O indígena e seus descendentes mestiços foram os principais executores daquele trabalho. A miscigenação com o indígena, como era óbvio, foi a preponderante. Apesar de que não havia resistência ao cruzamento étnico com negros, nessa fase de nossa história. Muitos foram os pretos livres que aqui viveram. E por ser muito rarefeita a população da capitania e atrasado seu nível de vida, não deve ter havido preconceito acentuado.

Vários parâmetros históricos são necessários para obtermos um conhecimento aproximado dessa realidade. Dentre outros destacamos: a. quantidade de escravos indígenas, pretos e pardos existen-

tes; a população de cor constituída de pessoas livres (incluindo-se aí aqueles que nasceram livres e os alforriados) e a população branca.

Pelo censo mais antigo conhecido no Ceará, realizado em 1763, encontrou-se uma população escrava (pretos, índios e pardos) que atingia 12,5%. De um total de 17.010 habitantes, 2.128 eram escravos.(4) Um outro de 1813, apresentava um total de 148.745 habitantes, dos quais 41.659 (28%) eram brancos; 9.196 índios; 24.069 (16%) pretos e 73.821 (50%) pardos. Na população escrava que totalizava 17.208 indivíduos: 10.872 (63%) eram negros e 6.336 (37%) pardos. (4) Os escravos representavam 11,5% da população da capitania.

Quando passou a se definir a vida econômica cearense, nos meados do século XVIII, poucos proprietários possuiam condições monetárias para comprar escravos africanos ou crioulos, pois não dispunham de numerário suficiente para pagar o alto preço que alcançavam. Vale salientar, mais uma vez, que o pequeno número que veio para a capitania acompanhando seus senhores, teve participação atuante na colonização do Ceará. Não se constituiam, entretanto, "as mãos e os pés de seus senhores". Esse papel poderia ser melhor atribuído ao trabalhador indígena e seus descendentes de "raça cruzada".

A produção de algodão incrementada nas últimas décadas do século XVIII, devido a grande procura no mercado europeu, trouxe para a capitania considerável quantidade de dinheiro. A simplicidade do padrão de vida existente, concorreu para que grande parte dele fosse gasto na aquisição de escravos negros; adquiridos como recurso de fixação de capital e como mão-de-obra complementar.

A importação sistemática de cativos de outras províncias não ultrapassou a segunda década do século XIX, quando então entrou em crise o surto algodoeiro. Aqueles escravos existentes na província passaram a se concentrar nos municípios mais ricos, pois representavam não somente um bem econômico, mas também prestígio social e conforto. Em nenhuma fase de sua história o Ceará importou escravos negros diretamente da África. Esse fato é explicado pela dependência total – administrativa e econômica – em que vivia como capitania subalterna à de Pernambuco. Depois de 1800, já independente, foram-lhe negados vários pedidos naquele sentido, feitos pelo governo cearense às autoridades do Reino.

A partir de 1822 até o início da década de 1840, não havia condições econômicas nem carência de mão-de-obra que favorecesse a importação de cativos de outras províncias. Entretanto, o número de

escravos continuou crescendo, conforme demonstram os censos de 1813, 1835 e 1860. Esse fato é bem evidenciado se levarmos em conta que a partir de 1845 começou a exportação de escravos, especialmente negros, da província para o Sudeste, mas mesmo assim seu número continuou quase estável entre os dois últimos citados censos. (4)

A participação ativa do escravo na vida sócio-econômica cearense e conseqüentemente sua importância histórica, variou em função da época e local onde ele existiu. Na primeira metade do século XVIII foi co-participante com seu senhor na luta pela sobrevivência na capitania em formação. O crescimento da população livre, ocorrendo coincidentemente com o aparecimento e aumento do número de vilas, modificou esse relacionamento social.

A importação de escravos negros, em maior quantidade, no final daquele século e começo do seguinte, contribuiu para definir uma estratificação social mais rígida na capitania, entre cativos e população livre. A simplicidade da vida cearense, numa economia preponderantemente pecuarista, concorreu para que, na maioria das regiões da província, a participação do escravo se concentrasse nas atividades domésticas e nos serviços braçais. Pelo que demonstra a pouca documentação existente daquela época, os cativos com "ofícios" não eram muito numerosos e adquiriam com mais facilidade suas alforrias. (4)

O aumento de mão-de-obra livre e pobre, e a necessidade de sua sobrevivência nos trabalhos agrícolas, tornou o escravo, em quase todo o território cearense, plenamente substituível. Nessas circunstâncias, quando a província necessitou de capital para manter o mínimo necessário para sua subsistência econômica, começou a exportar os escravos disponíveis para suprir a falta de dinheiro. Isso teve início com a seca de 1845 e se prolongou até 1880, tornando o Ceará um dos maiores exportadores de cativos do Nordeste.

Assim foi o Ceará se desfazendo de seus escravos negros, os preferidos pelo tráfico. O primeiro censo oficial do Brasil, o de 1872, retratou assim a configuração étnica da população cearense: brancos, 268.836 (37%); pardos, 357.420 (livres, 339.166, escravos, 18.254) 50%; pretos, 42.593 (livres, 28.934, escravos, 13.659) 6%; caboclos, 52.837 pessoas. Como vemos, apenas 6% da população cearense, em 1872, era negra. (4)

Nessas condições históricas não pode haver uma cultura negra definida no Ceará. Alguns traços culturais de origem africana, ain-

da existentes, aqui chegaram dispersos e pouco representam em um todo muito maior. O grande antropólogo e folclorista cearense, Florival Seraine, no seu livro "Folclore Brasileiro – Ceará", sintetiza assim essa realidade: "Observe-se, antes do mais, que a influência africana no Ceará, não só física como cultural, já tem sido reconhecida como pouco marcante, em confronto com o que se observa em outros estados nordestinos, como a Bahia, Pernambuco e Maranhão, onde a presença do elemento negro, no curso histórico foi bem mais acentuada. Até mesmo no vale do Cariri, em que, devido a freqüência dos engenhos de açúcar ou banguês, certos autores chegaram a pensar houvesse se estabelecido maior contingente africano, estudiosos como Joaquim Alves e Figueiredo Filho, baseados em dados históricos, provaram que não havia ocorrido tal predominância negra... Em verdade, as manifestações do culto, as celebrações do fetichismo afro-negro as festas de Iemanjá ou as celebradas no dia de São Jorge, que hoje se observam em Fortaleza – chegaram de outros estados e não fazem parte da sua tradição cultural, fundada no real processo histórico." (5)

O conceito de "negritude" prende-se mais a um contexto africano ou norte-americano do que à realidade brasileira. É mais uma "ideologia de intelectuais" do que um sentimento nascido naqueles que nasceram de cor preta no Brasil. Sobrevive mais na mídia de periódicos do que nos sentimentos populares. É um modismo intelectual e jornalístico que não relaciona-se com a verdade histórico cultural brasileira.

O elemento negro no Brasil tem laços culturais com os africanos, atualmente, tanto quanto os mestiços esbranquiçados brasileiros tem com seus ancestrais portugueses. Não há uma cultura negra definida, no Brasil. Existem descendentes de africanos há várias gerações. A cor de que esses elementos são portadores é o único laço que existe com os africanos atuais. Em alguns paises da África os grupos tribais se digladiam e em outros os seus habitantes procuram uma identidade cultural que foi enfraquecida pelo colonialismo europeu ali dominante até bem recentemente.

O colonialismo português há muito foi absorvido pela cultura brasileira. Em nosso país o que existe são negros pobres e injustiçados pela sociedade, assim como há brancos na mesma situação. A miséria em todo o Brasil é a mesma com aspectos diferentes: nos estados sulinos há miseráveis, em grande número brancos; no sudeste, Bahia, Pernambuco, Maranhão, preponderam os miseráveis de aspecto caboclo.

Pelo exposto, o conceito de "negritude" cearense é uma falácia. O lado mestiço do cearense é muito mais forte com o indígena do que com o negro. Daí um certo preconceito do cearense, principalmente do interior, para com pessoas de tonalidade mais escura. O cearense não se identifica com o elemento de origem africana. As razões desse fato não cabem dentro dos limites de um pequeno registro histórico. Os chineses já diziam que uma pintura falava mais do que mil palavras. Destarte, transcrevemos uma notícia escrita pelo cronista Neno no Jornal Diário do Nordeste de 26 de novembro de 1995, na sua coluna "É ...", relativa às comemorações do tricentenário da morte do líder negro Zumbi: "Ausência Sentida – Nenhum negro compareceu à mostra de Audifax Rios sobre o 300º aniversário de morte de Zumbi dos Palmares, no Estoril . Aliás, houve muita má vontade na cessão do espaço, o que é inexplicável."

Completando o assunto, pois o citado registro deixa entrever que houve má vontade por parte da Fundação Cultural de Fortaleza, a instituição responsável pelo espaço; na edição de 28 de novembro de 1995 o citado cronista esclarece, com muito boa vontade, a notícia anterior, nos seguintes termos: "Bumerangue – Quem também dá um alô é o presidente da Fundação Cultural, Cláudio Pereira. Ele nega que tenha havido má vontade na cessão do espaço para a mostra de desenhos de Audifax Rios sobre os 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares: Muito ao contrário. Precisei alugar um transporte para levar os expositores do Palácio da Cultura ao Estoril. Destinei um funcionário para auxiliar na montagem. Aluguei sistema de som para que Luciano Maia declamasse poesia sobre Zumbi. O que nós fizemos foi localizar os expositores em outro espaço e não junto com a exposição já montada no local, pois cada uma tinha o seu caráter."

Vemos assim, que se alguém quis tirar proveito pessoal ou político sobre aquele evanto modista, não atingiu seu intento. Apesar da mídia ter divulgado o ato comemorativo, aquela propaganda não teve o retorno da opinião pública. Pura e simplesmente porque não se identificava com ele.

A narração e a interpretação de um acontecimento histórico podem mudar, mas o fato em si é imutável.

Bibliografia

(1) Sodré, Nelson Werneck. *Síntese de História da Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974, p. 3.

(2) DIEGUES Júnior, Manuel. *Etnias e Culturas no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 100.

(3) ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil.* São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967, p. 159.

(4) SILVA, Pedro Alberto de O. *O Declínio da Escravidão no Ceará.* Recife. Universidade Federal de Pernambuco, 1988 (Dissertação de Mestrado) passim.

(5) SERAINE, Florival. *Folclore Brasileiro – Ceará.* Rio de Janeiro. MEC. Departamento de Assuntos Culturais, 1978, p. 7.